



Quando os processos de mediatização geram cidadania: as mudanças na comunicação do INES

When media coverage processes generate citizenship: changes in INES communication

*Giovandro Marcus Ferreira¹
Juliana Linhares Brant Reis²*

Resumo

Considerando o papel da mediatização nas transformações sociais, é importante compreender como os aparatos tecnológicos dão suporte às mudanças nos processos comunicacionais e nas relações entre as instituições e seus públicos. Tais transformações proporcionam o acesso à informação e educação, sobretudo para comunidades que encontram nos ambientes virtuais um espaço de aprendizagem, socialização e formação de identidade. Pessoas com deficiência auditiva são exemplo de público que passou a se apropriar dos circuitos proporcionados pela ambiência da internet para expressar suas demandas. O tema da inclusão tem se mostrado fundamental, uma vez que a acessibilidade pode ser um dos caminhos para o exercício da cidadania. Diante dessa problemática, o objetivo deste artigo é analisar as transformações do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, decorrentes dos processos de mediatização. O INES, uma organização de cunho educativo, percebe as demandas das pessoas surdas em relação ao acesso ao audiovisual; se apropria dos meios de comunicação e cria um canal de televisão online 100% bilíngue para surdos e ouvintes. A partir de estudos na perspectiva de Verón e de outros pesquisadores que participam do CISECO (Carlón, Braga, etc), é possível observar que os desdobramentos das redes de comunicação fomentaram o acesso à internet e às plataformas de interação, promovendo mudanças nas condições de produção e reconhecimento e, conseqüentemente, na circulação de sentidos. Encontram-se, portanto, rastros de circuitos midiáticos e extra midiáticos nessas ações do INES, que o transformam em uma instituição mediatizada; modificam as suas relações com os atores sociais e ainda entre esses atores.

¹Professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA; giovandro.ferreira@gmail.com

²Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA; julianalinharesb@gmail.com



Palavras-chave: Mediatização, cidadania, pessoas com deficiência auditiva.

Abstract

Considering the role of media coverage in social changes, it is important to understand how technological devices support changes in communication processes and in the relationships between institutions and their audiences. Such transformations provide access to information and education, especially for communities that find a space for learning, socialization and identity formation in virtual environments. Hearing impaired people are an example of a public that started to appropriate the circuits provided by the ambience of the internet to express their demands. The theme of inclusion has been shown to be fundamental, since accessibility can be one of the ways to exercise citizenship. In view of this problem, the objective of this article is to analyze the transformations of the National Institute of Deaf Education - INES, resulting from the mediation processes. INES, an educational organization, perceives the demands of the deaf community in relation to access to audiovisual; takes ownership of the media and creates a 100% bilingual online television channel for the deaf and listeners. From studies from the perspective of Verón and other researchers who participate in CISECO (Carlón, Braga, etc.), it is possible to observe that the unfolding of communication networks fostered access to the internet and interaction platforms, promoting changes in conditions of production and recognition and, consequently, in the circulation of meanings. Therefore, there are traces of media and extra-media circuits in these INES actions, which transform it into a mediatized institution; they modify their relations with social actors and between them.

Keywords: mediatization, citizenship, hearing impaired people

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno da midiatização³ se apresenta como uma problemática fundamental para discutir questões referentes ao papel e à influência da mídia nas transformações sociais, políticas e culturais. O termo passou a ser discutido com mais rigor pela área acadêmica a partir de 1990, com o avanço das tecnologias digitais, tornando-se uma condição das práticas sociais, que vai além dos aparatos tecnológicos e alcança o seu espaço como instituição (HJARVARD, 2014). A midiatização permite a circulação da

³ Hjarvard (2014) usa o termo “midiatização”, enquanto outros autores como Verón (2004) e Lundby (2014) utilizam “mediatização”. Portanto, aqui vamos utilizar as duas formas.



informação e a interação entre pessoas que se localizam em diferentes regiões, contribuindo com a modernização da sociedade (THOMPSON, 2002).

Com a consolidação da internet, há uma aceleração desse novo processo, produzindo sociedades cada vez mais mediatizadas, o que modifica a relação entre os indivíduos e dos indivíduos com as instituições. O surgimento e os desdobramentos das redes de comunicação fomentou o acesso à internet e às plataformas de interação como as mídias sociais, promovendo transformações nas condições de produção e reconhecimento e, conseqüentemente, na circulação de sentidos. Esse processo passa a ser interativo e o receptor tem a possibilidade de se manifestar como um sujeito ativo e produtor de conteúdo (CARLÓN, 2018; VERÓN, 2004).

Com a hiperconectividade, a comunicação, que antes acontecia apenas presencialmente, passa a se manifestar à distância, no tempo e no espaço escolhido pelos diferentes públicos. Neste contexto, os interesses do emissor passam a se adequar aos interesses do receptor, o que modifica os fluxos de comunicação e a circulação discursiva. Essas mudanças interferiram também na comunicação entre as instituições e os indivíduos (CARLÓN, 2018; HJARVARD, 2014; LUNDBY, 2014). As organizações percebem a importância de compreender como os meios de comunicação devem

ser utilizados e percebidos pelos emissores e receptores, afetando, dessa forma, as relações entre as pessoas. Assim, as questões tradicionais sobre o uso e os efeitos da mídia precisam levar em conta as circunstâncias em que a cultura e a sociedade tornaram-se mediatizadas (HJARVARD, 2014, p. 16).

Considerando o papel da mediatização nas transformações sociais e nos padrões de comportamento, é importante compreender como os aparatos tecnológicos funcionam dando suporte às mudanças nesse processo comunicacional. Quando a mediação transforma o processo comunicacional e as relações entre instituição e seu público, mudam também as condições socioculturais (LUNDBY, 2014). Na medida em que os meios de comunicação se tornam cada vez mais parte do cotidiano dos indivíduos, os discursos midiáticos contribuem ainda com a formação das identidades. Percebe-se, assim, a presença da mediatização em diferentes contextos, contribuindo às vezes com as transformações institucionais, sociais, com o processo civilizatório da sociedade e ainda com o fortalecimento da democracia (HJARVARD, 2014).

Neste contexto, a mídia é reconhecida como uma das principais fontes de informação que, por sua vez, pode oportunizar a formação da cidadania. O acesso à



informação “é uma condição básica para a cidadania” (SIQUEIRA; SILVA, 2013, p. 2). Mas e quem, historicamente, está à margem desse direito? Ao se falar em democracia, em igualdade e equidade, a acessibilidade se apresenta como um tema fundamental na sociedade contemporânea. Os diferentes tipos de necessidades especiais demandam atenção e desafiam a sociedade sobre como lidar e o que fazer para incluir uma população que histórica e simbolicamente esteve distanciada do gradiente de poder e do acesso a bens culturais.

De acordo com dados do IBGE de 2010, cerca de 9,7 milhões de pessoas apresentam algum grau de perda auditiva (PEREIRA; PRADO, 2012). No Brasil, existem leis que amparam os surdos na garantia da acessibilidade à informação de forma clara e precisa. No entanto, o não cumprimento dessas diretrizes contribui com a invisibilidade social desses sujeitos e dificulta o acesso à informação. Os campos da comunicação e da educação, fundamentais para o exercício da democracia, não devem se esquivar dessa problemática.

Diante de uma demanda da sociedade e de políticas públicas que decretam o uso de tecnologias assistivas na programação televisiva, as indústrias de mídia estão atendendo a essas necessidades? Pesquisas indicam que as iniciativas ainda são incipientes. Um exemplo de iniciativa que procura se adequar às necessidades daquele público vem do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. A instituição de cunho educativo percebe as demandas de sua comunidade em relação ao acesso ao audiovisual; identifica as possibilidades de intervenções a partir dos processos de mediatização; e cria um canal de televisão em sua proposta, que estimula a participação ativa dos usuários através da possibilidade de produção de conteúdos e do diálogo sobre a programação.

Neste sentido, diante da relevância dos processos de mediatização na construção da cidadania, como as novas possibilidades de acesso contribuem ou podem contribuir com a socialização dos surdos e com a acessibilidade à comunicação, informação, educação, cultura e lazer? Esta problemática norteou o desenvolvimento deste artigo, cujo objetivo geral é analisar as transformações do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, decorrentes dos processos de mediatização.

2. APROXIMAÇÕES CONTEXTUAIS

Desde sua dimensão histórica até sua intensificação na sociedade contemporânea, a mediatização se tornou um problema de pesquisa para estudiosos de



diferentes áreas, por ter implicações na sociedade e no funcionamento das diversas instituições que se tornam, cada vez mais, mediatizadas (HJARVARD, 2013). Uma dessas consequências é o atravessamento dos campos sociais, gerando circuitos indeterminados (BRAGA, 2012b). As transformações sociais ocorridas a partir desses processos de mediatização apresentam mudanças também na circulação de sentido.

A sociedade está cada vez mais envolvida pelos e nos processos comunicacionais, principalmente pela televisão e internet, tecnologias que têm promovido novas possibilidades de acesso e modificado a maneira de produzir e assistir conteúdo audiovisual. Esta característica tem implicações importantes nos processos de produção, circulação e reconhecimento.

Considerando a importância da televisão para a sociedade brasileira, qual a preocupação das indústrias de mídia com o acesso do surdo a direitos sociais como informação, comunicação, educação, cultura e lazer? Mesmo diante de uma discussão mundial sobre inclusão e direitos sociais, na prática as medidas adotadas têm garantido pouca acessibilidade aos surdos (PERUZZO, 2007). No campo acadêmico, o tema tem sido debatido, sobretudo, pelas áreas da educação. Pesquisas indicam a importância do intérprete de Libras nos programas audiovisuais, bem como em eventos acadêmicos e culturais. As demandas de inclusão têm sido inseridas em políticas públicas que percebem a acessibilidade como um dos caminhos para o exercício da cidadania.

Como ressaltam Gomes e Santos (2012, p. 145), “informação é poder. Desinformação implica, portanto, em subalternidade e dominação”. Neste sentido, pode-se dizer que as pessoas com deficiência auditiva se mantêm distanciadas do poder, diante de uma programação que pouco contempla as demandas desse público, como pode ser observado nos depoimentos das pesquisas de Siqueira e Silva (2013) e de Pereira e Prado (2012).

A primeira, realizada no sul do país, contemplou a aplicação de questionários com 38 surdos, a fim de avaliar a acessibilidade dos programas de televisão. Os entrevistados consideraram que o sistema *closed caption*⁴ não atende a demanda, sobretudo pela velocidade da legenda (SIQUEIRA; SILVA, 2013).

A segunda pesquisa foi desenvolvida no Distrito Federal, a partir de um grupo focal com surdos, com o objetivo de compreender como esses sujeitos criam suas relações sociais através da publicidade na região. O grupo ressaltou a necessidade de

⁴ Uma legenda oculta que pode ser ativada pelo telespectador.



legendas e de um intérprete de Libras, simultaneamente. As pesquisadoras apresentam alguns relatos, que mostram como essa população percebe o que é veiculado nos meios audiovisuais. “Os intérpretes, antes de iniciar uma programação na TV, como uma novela, veiculam a classificação indicativa da faixa etária que pode assistir o programa e só” (PEREIRA; PRADO, 2012, p. 20). Outro ainda declara: “Hoje o foco da publicidade é principalmente para o ouvinte, parece que a publicidade esquece que o surdo também é um público consumidor” (PEREIRA; PRADO, 2012, p. 23). O consumo de um bem físico ou cultural acontece por meio de relações sociais e está relacionado às vivências e ao sentimento de pertencimento a determinado grupo social.

Diante deste debate, como o tema da democratização da acessibilidade do surdo tem sido tratado nas políticas de inclusão e de audiovisual? Desde a Constituição Federal, a igualdade de direitos é destacada como uma premissa para o exercício da cidadania. No entanto, tendo em vista as dificuldades de determinadas comunidades em acessar seus direitos, a partir do ano de 2000 algumas leis foram criadas no Brasil a fim de garantir a acessibilidade das pessoas com alguma deficiência ou necessidade especial. As regulamentações mostram que a democracia, de fato, só será alcançada pelos diferentes públicos de forma igualitária, quando os obstáculos de exclusão forem extintos.

A Lei 10.098/00, regulamentada em 2004 pelo Decreto nº 5.296/04, estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade e orienta que não deve haver barreira nas comunicações, a fim de que todos os indivíduos com alguma deficiência tenham acesso facilitado às informações (BRASIL, 2004). No mesmo sentido, a Lei nº 10.436/02 destaca a importância da cultura e reconhece o direito às pessoas com deficiência ao acesso a bens culturais e programas em formatos acessíveis (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2016). Complementando essas diretrizes, o Ministério das Comunicações, através da Lei 12.527/2011, prevê o acesso à informação às pessoas com alguma necessidade especial nas programações diárias dos canais abertos de televisão. Destaca-se como possibilidades de se concretizar essa acessibilidade, a inserção da janela com o intérprete de Libras e o *closed caption*. No entanto, mesmo diante de políticas de inclusão e com ampla discussão sobre o assunto em todo o mundo, poucos programas de televisão se adequaram a essa realidade e, portanto, os meios de comunicação não atendem ainda às necessidades das pessoas surdas (SIQUEIRA; SILVA, 2013).



A falta de informação, por sua vez, é um dos fatores que promovem a desigualdade e impedem que a população usufrua de seus direitos estabelecidos por lei. A comunicação, bem como a educação, áreas fundamentais nesse processo de construção da cidadania, não devem se esquivar dessa problemática. Para a efetivação das iniciativas de inclusão, faz-se necessário que as diferentes instâncias como o poder público, as universidades, a sociedade civil e as indústrias de mídia se sensibilizem e possibilitem a acessibilidade das pessoas surdas aos direitos sociais. Visto que a partir do acesso ao conhecimento e à informação, é possível contribuir com a autonomia de uma sociedade, a mediatização se apresenta como um potencial instrumento para a promoção da cidadania, para dar visibilidade às demandas sociais e valorizar a cultura.

O direito à informação, portanto, é um dos principais meios para se construir uma sociedade solidificada, crítica e consciente. De acordo com Peruzzo (2007), direito à comunicação diz respeito ao acesso à informação e ao direito à liberdade de expressar suas opiniões, demandas e identidades, uma vez que deve garantir o acesso aos meios de comunicação e às tecnologias, seja como receptor ou como produtor de conteúdo. Neste sentido, democracia no poder de comunicar é condição para o exercício da cidadania em sua dimensão social que, por sua vez, se relaciona com as lutas pela democratização política.

A preocupação com a inserção do surdo na sociedade tem demandado respostas do campo da comunicação. Com todo seu potencial de entretenimento e alcance em quase todos os domicílios, a televisão leva diariamente informações a diferentes públicos, exercendo sua função social de educar segmentos da população que não têm acesso a outros meios de comunicação. Apesar de a televisão ainda ser a principal via de acesso às notícias e ao entretenimento de parcela da população, com a internet as sociedades se tornam cada vez mais mediatizadas, o que modifica a relação com o outro e com as instituições. Neste sentido, a globalização e o desenvolvimento das ferramentas de comunicação fomentaram o acesso à internet e a softwares sociais, promovendo transformações nas condições de produção, circulação e recepção. Os sujeitos se tornam agentes ativos no processo comunicacional em um ambiente em que é possível produzir conteúdo, manifestar suas demandas diante do poder público e cobrar por seus direitos, na tentativa de exercer sua cidadania (FERREIRA; ANDRADE, 2015).

3. MATERIAIS E ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE

As estratégias de análise utilizadas estão ancoradas nos estudos de mediatização e circulação, bem como em suas relações discursivas e sociais. A partir das perspectivas de Hjarvard, Lundby e Verón, pretende-se analisar as transformações do INES em uma sociedade mediatizada, a partir da compreensão de que os processos de mediatização contribuem com mudanças sociais e reposicionam a reflexão sobre os fluxos entre a produção e a recepção dos discursos, criando novos circuitos comunicativos.

A fim de compreender a problemática aqui proposta, a técnica aplicada foi o esquema para análise da mediatização de Eliseo Verón (1997), com contribuições de Mario Carlón (2018), que propõe quatro campos principais para se pensar as relações entre as mídias, as instituições e os indivíduos. Esse esquema pode ser entendido como um caminho para analisar as transformações institucionais e sociais que o Instituto apresenta, a partir da circulação transversal. Utilizamos aqui também de operadores da análise do discurso como circuitos e situações, para analisar a relação entre os circuitos discursivos e os campos sociais, a partir da perspectiva de Braga (2017).

4. RESULTADOS

Ao tratar das demandas de pessoas com deficiência auditiva, um órgão se destaca: o Instituto Nacional de Educação de Surdos⁵. Diante da demanda de inclusão e de construção da cidadania, o INES percebe a necessidade de a comunidade surda ter acesso à comunicação; reconhece a importância dos mecanismos de mediatização como transformadores de contextos socioculturais; e cria a primeira TV 100% bilíngue - a TV INES⁶, disponível em sua plataforma virtual com acesso para surdos e ouvintes.

Fundado em 1856, o INES atende cerca de 600 estudantes, oferecendo educação infantil, ensino fundamental e médio em seu Colégio de Aplicação. O Instituto oferece também curso superior bilíngue em pedagogia; especialização Lato Sensu; cursos de extensão; aulas de esportes e artes; atende estudantes e suas famílias com apoio psicológico, além de desenvolver material pedagógico em língua de sinais e distribuí-los para os sistemas de ensino. Promove também cursos profissionalizantes e estágios, contribuindo com a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A instituição,

⁵ Informações disponíveis em <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>>. Acesso em 14 de setembro de 2018.

⁶ A TV INES possui como domínio o site: <http://tvines.org.br/>, enquanto o Instituto tem como plataforma virtual o endereço eletrônico: <http://www.ines.gov.br/>.



localizada no Rio de Janeiro, é considerada pioneira e uma referência na educação, profissionalização e socialização de pessoas surdas no país.

Para compreender a sociedade é essencial discutir a dimensão da comunicação e, com isso, o problema da circulação de sentido, que Carlón considera como transversal. Com a hipótese de que as mídias sociais são redes de meios porque funcionam como espaço para que diferentes sujeitos se apropriem de determinado discurso, Carlón (2018) propõe uma atualização do “esquema para análise da mediatização” de Eliseo Verón (1997), para pensar o problema da circulação no contexto contemporâneo. Verón apresentou a Circulação em quatro campos (C1 - meios e instituições; C2 - meios e indivíduos; C3 - indivíduos e instituições; e C4 - os meios influenciando a relação entre indivíduos e instituições). Carlón sugere pensá-la do ponto de vista de sua direção inicial: de fora para dentro, de dentro para fora, de baixo para cima e de cima para baixo, sendo que combinações entre estes vetores são prováveis na sociedade hipermediatizada, caracterizando a transversalidade da circulação.

Esse esquema permite pensar os circuitos produzidos pelo INES a partir de suas transformações:

- **Meios e instituições**

A instituição se apropria dos meios e se torna mediatizada. Em 2013, a organização inaugura o primeiro canal de televisão 100% bilíngue em sua plataforma online, com acesso para surdos e ouvintes, o que modifica as relações com seus receptores; amplia o seu público, o alcance de seus serviços, os fluxos de comunicação e, conseqüentemente, proporciona uma maior inclusão. Esse processo pode ser denominado por Hjarvard (2014, p. 61) como “virtualização das instituições sociais”.

Ao criar a TV INES, o Instituto continua com seus cursos presenciais, mas passa também a produzir programas através do canal, a fim de aumentar o diálogo com seu público e atender a algumas demandas da comunidade surda e das políticas de inclusão. A primeira webTV em Língua Brasileira de Sinais utiliza em toda sua programação legendas e locução em Língua Portuguesa, a fim de integrar públicos surdos e ouvintes, seguindo o princípio do seu slogan: “Acessível sempre”. Disponível na web 24 horas por dia e em aplicativos para celulares, a TV INES oferece uma grade de programação ao vivo e gravada, que contempla educação, informação, tecnologias, cultura e entretenimento como esportes, filmes e desenhos animados.

Essa iniciativa se apresenta como a “forma direta de mediatização”, que ocorre quando “uma atividade antes não mediada adquire uma forma mediada – isto é, a



atividade passa a ser realizada a partir da interação com um meio” (HJARVARD, 2014, p. 41). De acordo com Verón (2004), as sociedades deixam de ser mediáticas e passam a ser mediatizadas, fazendo com que as instituições se apropriem dos meios de comunicação e transformem suas relações com os diferentes públicos.

- **Meios e indivíduos – indivíduos e instituições**

Processos de mediatização interferem nas instituições e em suas relações com os meios e os atores sociais. Neste sentido, pode-se dizer que instituições como política e educação também são afetadas. O Estado reconhece o papel da mediatização nas transformações estruturais e sociais, no estilo de vida e na formação das identidades, o que influencia na inserção do acesso ao audiovisual nas políticas de inclusão. No entanto, mesmo diante de leis que preveem a utilização de recursos de tecnologias assistivas a fim de garantir o acesso à comunicação de forma clara e precisa para toda a população; diante de demandas da sociedade por inclusão e pelo acesso à programação televisiva, as iniciativas das indústrias de mídia ainda são incipientes e não atendem de forma satisfatória as pessoas surdas.

Na medida em que há uma demanda por produtos audiovisuais acessíveis, mas os canais de televisão não atendem a essa necessidade, o Instituto se organiza, se adapta aos aparatos tecnológicos e cria a TV INES a fim de garantir ao seu público alguns dos direitos sociais como informação, comunicação, cultura, lazer e educação. Ao proporcionar um canal 100% acessível, o Instituto aumenta a aproximação com seu público e permite a acessibilidade de uma parcela significativa da população àqueles direitos sociais. Para além desse canal, desenvolve ainda um repositório de pesquisas acadêmicas através de seu Núcleo de Educação Online, com todo o conteúdo disponível em Libras e em português a partir do software VLibras, responsável pela tradução de documentos digitais para a língua de sinais. Estas ações do Instituto mostram a mediatização na perspectiva de Lundby (2014), que entende que os processos de comunicação, através da mediação de tecnologias, transformam o ambiente e as relações tanto institucionais quanto individuais e umas com as outras.

- **Os meios influenciando a relação entre indivíduos e instituições**

Em 2014, ano do seu primeiro aniversário, a TV INES transborda o espaço de circulação dos seus produtos e cria um espaço em seu ambiente virtual que permite a participação ativa dos receptores. Nele, os interessados podem gravar vídeos colaborativos em Libras e enviar para que sejam inseridos na programação, além de comentar as publicações, avaliar os programas e interagir com a TV, sem precisar sair



do portal. O importante é que os vídeos contemplem assuntos de interesse da comunidade surda e sejam acessíveis. Assim, o público se torna produtor de conteúdo e tem a oportunidade de chamar a atenção para narrativas que não costumam ser ouvidas pela mídia tradicional.

Essas publicações seguem ainda em sua página no Facebook, onde é possível disseminar e ressignificar o conteúdo veiculado, o que fortalece a relação entre os indivíduos e a instituição, bem como entre os atores sociais. A instituição, portanto, se apropria dos aparatos tecnológicos com o intuito de contribuir para a formação de identidades individuais e coletivas; para que a pessoa com deficiência auditiva se aproprie de ambientes virtuais e softwares sociais, espaços que não haviam sido pensados para ela; e ainda de fazer ouvir aquelas vozes muitas vezes silenciadas. O sujeito, que antes se via à margem da mídia, passa a se colocar como protagonista, ampliando o seu direito de comunicação. De acordo com Peruzzo (2007), a mídia comunitária se apresenta como um espaço de promoção da democracia e de inovação de práticas que visam à igualdade de direitos. Ao dar visibilidade a comunidades esquecidas pelos veículos tradicionais, cria-se caminhos para uma comunicação cidadã, além de ser “uma forma de contestar [...] o oligopólio dos grandes meios de comunicação de massa no Brasil” (PERUZZO, 2007, p. 6).

Na era contemporânea, sobretudo a partir da hiperconectividade e dessas mudanças nas relações entre meios, indivíduos e instituições, há uma transversalidade na circulação dos discursos. As diferentes instâncias se colocam ao mesmo tempo “dentro” e “fora” dos meios; bem como “dentro” e “fora” das instituições, seja fisicamente ou através de suas redes sociais (CARLÓN, 2018). No caso do INES, as políticas públicas e as demandas da sociedade somam-se à falta de iniciativa da mídia tradicional, e resultam na mudança de funcionamento e posicionamento discursivo da organização. Através de seus canais de comunicação, a instituição procura modificar ainda as relações entre os surdos, que tem a oportunidade de se encontrar e produzir novos circuitos em suas redes sociais. Portanto, é possível observar nessas transformações, uma transversalidade entre os quatro campos apresentados inicialmente por Verón.

Os processos de mediatização contribuem também com o atravessamento entre campos sociais como comunicação, educação, saúde e política. De acordo com Braga (2017), os campos especializados produzem circuitos para sua interação com outros campos. Nessas condições, alguns circuitos “surgem ou se reformulam, misturando



lógicas de campo especializado e momentos de senso comum” (BRAGA, 2017, p. 49). E assim, amadores – ou receptores - e especialistas de diferentes campos se apropriam da lógica da mídia e produzem circuitos diversos.

Para contribuir com essa análise, Braga (2017) propõe quatro situações de circulação, as quais são possíveis de ser encontradas nas configurações discursivas que as novas possibilidades de acesso e compartilhamento evidenciam no ambiente digital. Cabe destacar que essas categorias não procuram classificar os circuitos, muito menos segregá-los. Pelo contrário, as situações se misturam e se relacionam umas com as outras. Os circuitos apresentados pelas ações do Instituto podem ser compreendidos a partir dessas situações, como observa-se no quadro a seguir:

Quadro 1. Situações propostas por Braga e os circuitos midiáticos e extra-midiáticos encontrados nas ações do INES

Situação 1: Mídias geradoras de produtos e de circuitos próprios

A instituição cria um canal de televisão e um repositório de pesquisa acadêmica acessíveis para seu público, que apresenta a necessidade de tecnologias assistivas. A TV INES produz circuitos midiáticos a partir de lógicas que levam em consideração as condições de produção e de recepção.

Situação 2: Mídia industrial como lugar de passagem de outros discursos

Aqui a circulação começa antes do polo emissor.

Em 2011, o Ministério da Educação cogitou o fechamento do Colégio de Aplicação do INES. Os estudantes precisariam ser incluídos em escolas regulares, o que ainda não é uma realidade eficiente no país, e muitos surdos discordam dessa perspectiva por defenderem que as pessoas surdas devem ter a possibilidade de estar entre seus pares para fortalecer o grupo e a língua de sinais. Diante da notícia sobre o fechamento do Colégio, um surdo se manifestou através de um vídeo em Libras veiculado no *Youtube*, o que desencadeou em uma mobilização na internet. O movimento foi ganhando espaço em jornais, rádio e televisão. Com a repercussão do movimento, o MEC recuou da proposta e manteve as atividades do Instituto (GOMES; SANTOS, 2012). Percebe-se a sociedade pautando a mídia.

Situação 3: Sistema conjunto de viabilização de circuitos de sociedade

A circulação discursiva ganha outros espaços, que escapam às dinâmicas midiáticas institucionais. Os debates relacionados aos interesses da comunidade seguem nas páginas do Facebook, fazendo com que o discurso seja acionado por circuitos de



iniciativa extra-mediática como as redes sociais individuais e coletivas. A partir dos processos de mediatização, as tecnologias moldam os discursos sociais e os fazem circular com linguagens adequadas e interacionais (BRAGA, 2017).

Situação 4: O senso comum na iniciativa de circuitos

No ambiente virtual da TV INES, o receptor é também produtor de conteúdo. Campos especializados midiáticos e senso comum se encontram, apresentando uma circulação transversal, em que ambos podem tomar a iniciativa. Percebe-se uma alternância de ambientes, ora especializado, ora não, quando campos sociais se modificam e se desenvolvem na medida em que as relações entre as diferentes arenas também se transformam.

Como o próprio Braga aponta, estas situações não são estanques, nem tampouco seguem uma ordem determinada, sobretudo no contexto de hipermediatização. Nessa análise, ao contrário, identificamos circunstâncias de simultaneidade e, por vezes, transversalidade entre as situações. Neste cenário, chama a atenção uma mídia comunitária ser produtora das narrativas ou lugar de passagem na relação com outros campos sociais.

As discussões sobre a problemática das interações entre mídia e seus receptores é fundamental em um contexto de sociedade mediatizada, na qual é preciso levar em consideração o receptor como sujeito ativo. De acordo com Verón (2004, p. 216), “a mensagem é o ponto de passagem que sustenta a circulação social das significações. [...] uma mensagem nunca produz automaticamente um efeito. Todo discurso desenha, ao contrário, um campo de efeitos de sentido e não um e único efeito”.

O receptor “constrói o sentido de acordo com sua cultura, crença e vivências, gerando assim diversos outros discursos – provoca um constante processo de negociação entre produtor e receptor, numa troca permanente de sentidos” (FAUSTO NETO, et al, 2010, p. 4). Desta forma, os discursos do Instituto são desenvolvidos a partir das intenções do meio em relação aos seus públicos. Ao aliar os objetivos comerciais com sua função social, a TV INES se fortalece como fonte de informação, cultura, educação e lazer; contribui com a promoção da cidadania e demonstra o papel da mediatização nas transformações sociais. Neste sentido, é possível perceber que a TV INES procura exercer a função social do veículo e se preocupa com as questões socioculturais de uma comunidade, até então invisível para a mídia tradicional do país.



De acordo com Araújo e Aguiar (2017, p. 160), “a comunicação é uma dimensão privilegiada para observarmos as desigualdades”. A circulação discursiva, por sua vez, apresenta novos protagonistas que se apropriam dos ambientes hipermediatizados a fim de expressar suas demandas e reduzir barreiras. Esses novos enunciadores produzem, compartilham e ressignificam conteúdos, que circulam nas mídias sociais (CARLÓN, 2018).

Os sujeitos produzem sentidos e criam vínculos a partir de suas interações com os outros e com o meio, o que fortalece ainda as identidades individuais e coletivas (GOMES; SANTOS, 2012). Os amadores, que nem sempre foram agentes ativos no processo comunicacional, agora tem a oportunidade de se inserir em um ambiente onde é possível produzir conteúdo e manifestar suas demandas diante do poder público, na tentativa de exercer sua cidadania (FERREIRA; ANDRADE, 2015). Os usos de tecnologias, portanto, encontram-se no cerne das possibilidades de mudança na produção, no consumo e na circulação de mensagens, alterando a economia discursiva e as práticas socioculturais.

No entanto, uma problemática chama a atenção: mesmo diante de um ambiente virtual bilíngue e de novas possibilidades de acesso que a mediatização e a hiperconectividade oferecem, a participação dos usuários, em forma de comentário, na plataforma virtual e na página oficial do Instituto no Facebook é mínima. Em um breve levantamento de publicações no Facebook, semanalmente no mês de julho de 2019, os posts recebem curtidas e compartilhamentos, mas nenhum comentário. O ambiente virtual da TV foi analisado no mesmo período e cada programa apresenta uma média de 400 visualizações, mas apenas um ou nenhum comentário de usuário. Este contexto levanta a dúvida: para a comunidade, a forma de participação está suficiente? Não há a necessidade de dialogar com a TV? Os assuntos abordados nos programas circulam em outras plataformas?

Por outro lado, percebe-se a comunidade surda ativa em diferentes *fanpages*, como na “Surdos que Ouvem” e “Libras Avante”, espaços de socialização criados por e para surdos com o intuito de divulgar a língua de sinais, organizar eventos acadêmicos e compartilhar demais assuntos do interesse desse público. Da mesma forma, como exemplificado na Situação 2, na plataforma virtual *Youtube* também é possível observar o engajamento dos surdos que se apropriam desses espaços como protagonistas.

Essas questões mostram a complexidade do tema e a necessidade de investigação a fim de compreender as demandas das pessoas com deficiência auditiva



em relação às tecnologias assistivas e os desafios da acessibilidade para a população, as indústrias de mídia e ainda para as instituições.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se mostra relevante na medida em que levanta questões fundamentais para que a legitimação da democracia alcance uma população que, historicamente, se encontra à margem dos direitos sociais.

Percebe-se que o tema da acessibilidade tem conquistado espaço nos debates públicos e, conseqüentemente, na criação de políticas que visam contribuir com a igualdade de direitos. O direito constitucional à comunicação trouxe a necessidade da criação de leis que cada vez mais atendessem às demandas de inclusão e acessibilidade. Prova disso é o crescimento e a abrangência das leis preocupadas em atender as necessidades das pessoas com deficiência auditiva, face às modificações da sociedade contemporânea. No entanto, para que as demandas de inclusão sejam atendidas, é fundamental que as diferentes instâncias como o poder público, as universidades, a sociedade civil e as indústrias de mídia desloquem o olhar e contribuam com o acesso das pessoas surdas aos direitos sociais, promovendo a equidade e fortalecendo assim a legitimação da democracia.

Os desdobramentos das redes de comunicação fomentaram o acesso à internet e às plataformas de interação, promovendo mudanças nas condições de produção e reconhecimento e, conseqüentemente, na circulação de sentidos. Ao analisar as ações do INES, percebe-se o papel da mediatização nas transformações do Instituto, que se apropria de aparatos tecnológicos, o que modifica as relações entre instituição e seu público, e ainda as condições socioculturais. A partir das perspectivas de Verón, Carlón e Braga, encontram-se, nas ações do INES, rastros de circuitos midiáticos e extramediáticos, que o transformam em uma instituição mediatizada e modificam as suas relações com os atores sociais.

Através de seus ambientes virtuais acessíveis - a TV INES e o repositório online de artigos acadêmicos - o Instituto apresenta um caminho para a possibilidade de igualdade de direitos, ao se apropriar dos aparatos tecnológicos a fim de garantir a acessibilidade à educação, informação, comunicação, cultura e lazer. A instituição contribui para a formação de identidades individuais e coletivas; e procura desenvolver naquele público noções para o exercício da cidadania, demonstrando, assim, a importância da mediatização nas transformações sociais.



A partir da revisão de literatura, foi possível perceber ainda a necessidade de investigar o assunto, a fim de compreender quais os obstáculos que levam os meios de comunicação a não aderirem de forma satisfatória às normas e demandas de acessibilidade. Uma problemática encontrada para futuras pesquisas está relacionada à participação de pessoas surdas na plataforma virtual do Instituto e na página oficial do Facebook. Parece fundamental investigar a recepção desse público a fim de entender se as ações do INES mobilizam de fato os usuários e como esse debate circula em outras arenas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inesita Soares de; AGUIAR, Raquel. **O vírus Zika e a circulação dos sentidos: entre limites e ressonâncias, apontamentos para uma pauta de pesquisas.** In: CASTRO, Paulo César (Org.). *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento.* Maceió, EDUFAL, 2017, p. 141-160.
- BRAGA, José Luiz. **Circulação & circuitos: situações** in CASTRO, Paulo César (Org.). *A Circulação Discursiva: Entre a produção e o reconhecimento.* Maceió - EDUFAL, 2017.
- _____. **Circuitos versus campos sociais.** In: Mattos, Maria Ângela; Janotti Junior, Jeder; Jacks, Nilda. (Org.). *Mediação & Mídiação.* Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2012b.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296/04.** Atendimento prioritário às pessoas com necessidades especiais e estabelece normas para a promoção da acessibilidade Brasília, DF, dezembro de 2004.
- CARLÓN, Mario. **Medios individuales, médios colectivos y circulación transversal.** Desde “adentro hacia afuera” y desde “afuera hacia adentro” (o como afecta la nueva circulación a las instituciones sociales). In *Circulação discursiva e transformação da sociedade.* / Paulo César Castro (Organizador). - Campina Grande: EDUEPB, p. 27-47. 2018.
- FAUSTO NETO, A.; et al. **(Re) Visitando os conceitos de contrato de leitura: uma proposta de entendimento dos pontos de vínculo entre emissor/receptor da sociedade dos meios para sociedade midiaticizada.** XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Novo Hamburgo – RS, 17 a 19 de maio de 2010.
- FERREIRA, Giovandro Marcus; ANDRADE, Ivanise Hilbig de. **Percursos da reflexão sobre a mediação nos estudos de Eliseo Verón.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro-RJ – 4 a 7/9/2015. V Colóquio Brasil-Argentina de Ciências da Comunicação.



GOMES, Rachel Colacique; SANTOS, Edméa. **Ciberativismo surdo**: em defesa da educação bilíngue. Revista Teias v. 13, n°. 30. p. 143-166, set./dez. 2012.

HJARVARD, Stig. **A mediatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo. Ed. UNISINOS. 2014.

LUNDBY, Knut. **Mediatization of Communication**. Handbooks of Communication Science. De Gruyter Mouton. Edited by Peter J. Schulz and Paul Copley. Vol. 21. Germany, 737 p., 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis**. Secretaria do Audiovisual. Organização: Sylvia Bahiense Naves Carla Mauch Soraya Ferreira Alves Vera Lúcia Santiago Araújo. 2016.

PEREIRA, Marcelle Rosa; PRADO, Mônica Igreja. **Consumo de publicidade pela cultura surda no DF**. Monografia. UniCEUB. Brasília, 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular Cidadania**. Lumina. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Vol.1, n°1, Junho de 2007.

SIQUEIRA, Ana Clara Baptistella; SILVA, Clarisa de Paula. **Dar voz a quem não é ouvido**: Barreiras enfrentadas pelo surdo no acesso à informação televisiva. 9o Ciclo de Debates sobre Jornalismo. UniBrasil – 28 de outubro a 01 de novembro/2013.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**: Uma Teoria Social da Mídia. Petrópolis. Ed. Vozes, 5ª edição, 261 p., 2002.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. Editora UNISINOS. Tradução Vanise Dresch. São Leopoldo, 286 p., 2004.

_____. **Esquema para el análisis de La mediatización**, in revista Diálogos de la Comunicación, n° 48, Buenos Aires, 1997, p. 9-16.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>>. Acesso em 14 de setembro de 2018.

TV INES. Disponível em: <<http://tvines.org.br/>>. Acesso em 14 de setembro de 2018.